

Corrupção, fisiologismo, clientelismo e reacionarismo na morta-viva gestão presidencial temerária: anatomia de um escândalo antirrepublicano

RENATO NUNES BITTENCOURT *

Resumo

O artigo analisa a sobrevivência do governo Temer, enredado em diversos escândalos que evidenciam seu descompromisso e sua ilegitimidade na condução da república brasileira, mais do que nunca comandada por estruturas plutocráticas desprovidas de qualquer projeto democrático de emancipação social. A sandice do projeto de reforma da previdência e da reforma trabalhista somente satisfaz aos interesses empresariais e aos espoliadores dos direitos sociais, perpetuando ainda mais a precariedade da vida pública brasileira, submetida ao crivo do reacionarismo autoritário.

Palavras-chave: Corrupção; Fisiologismo; Clientelismo; Reacionarismo.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ

É necessário infundir calor à política: elevar e sustentar o nível de mobilização popular e combinar as linguagens de interesse e de visão (UNGER, 2008, p. 181-182).



Introdução

Considero o ato de se redigir um texto acadêmico uma experiência intelectual plena de prazer, pois estimula que se retire do âmago ideias recônditas que encontram nas palavras a conveniente expressão para comunicação pública. Porém, o tema abordado no presente texto, em decorrência da gravidade de seu conteúdo, exerceu sobre o autor dessas linhas um grande incômodo existencial, uma vez que, perante os desvios antirrepublicanos cometidos pela cúpula do governo Temer para sustentar sua corrompida governamentalidade, ações práticas de contestação são mais úteis politicamente do que reflexões caústicas. Contudo, essas são as armas da crítica que posso oferecer na condição de pensador político e quem sabe fomentar nos leitores comprometidos com a realização da democracia efetiva estímulo para que façam a inversão das premissas destacadas.

Na permanência da crise institucional ratificada pelas manobras antirrepublicanas do governo Temer, imputadas por sua cúpula como uma ponte para o futuro que colocará o Brasil no eixo do progresso e do crescimento econômico, todos os esforços políticos no parlamento e nas ruas, assim como os empreendimentos intelectuais, são fundamentais para que possamos não apenas desmistificar as falácias temerárias que mascaram seus intentos contrários aos interesses sociais, mas também criar uma frente de resistência efetiva ao processo de espoliação geral estabelecida pela gestão temerária em favor da lógica do mercado. Quando a corrupção, as práticas clientelistas e as transações ignominiosas são naturalizadas como procedimentos usuais do ofício político em nome da “modernidade” constatamos que vivemos, na verdade, no vazio da decadência. Para que a barbárie se torne a essência de nossa

ordenança social não falta muito, a menos que os espoliadores da república brasileira não sejam enfim ejetados dos seus assentos por uma força extraparlamentar, uma vez que pelas vias constitucionais e pelo establishment jurídico o processo de depuração da degradação política é demasiado lento, passional, assim como suscetível ao impacto espetacular das narrativas midiáticas.

A necrose do governo Temer

Os setores sociais mais conservadores, refratários a qualquer possibilidade de ascensão das classes subalternas, permanecem anestesiados perante as arbitrariedades e violações cometidas pelo governo Temer, talvez intimamente compactuando com elas. Esses segmentos não pretendem depurar a estrutura política brasileira dos seus traços corruptos, clientelistas e antidemocráticos, mas sim se beneficiar exclusivamente de tais procedimentos de modo a exercer seu autoritarismo congênito sobre a população. Tanto pior, os setores plutocráticos e os adoradores medianos dos mesmos pretendem perpetuar o abismo social entre os detentores do sucesso material-financeiro e as massas desprovidas de cidadania. Felipe Demier argumenta que

Paradoxalmente, o regime democrático constitucional brasileiro faz da sua constituição, ou melhor, da parte social desta, o seu pior inimigo, e tem nos saudosistas da velha ordem verde-oliva dos atos institucionais alguns dos seus mais fiéis aliados na luta por um futuro democraticamente cinzento (DEMIER, 2017, p. 98).

Para as classes elitistas, nada mais inconveniente e odioso do que assistir ao paulatino empoderamento social de pessoas predestinadas no excludente

regime capitalista em sua ofensiva neoliberal a apenas exercerem papéis anônimos em suas vidas laboriosas e precárias. Os plutocratas necessitam de mão-de-obra desqualificada e desprotegida juridicamente para que tenham controle absoluto nas suas relações sociais, reconfigurando assim o servilismo colonialista na era da investida neoliberal contra as históricas conquistas trabalhistas. De acordo com Gilberto Dupas,

O sistema capitalista escapa ao controle social porque surgiu no curso da história como uma poderosa estrutura “totalizadora” à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva” (DUPAS, 2005, p. 48).

O governo Temer luta sofregamente contra sua própria morte, em uma horrenda agonia na qual todas as vilezas são empreendidas para garantir a perpetuação de seu infame mandato, absolutamente antirrepublicano nas suas maquinações. Em nome das malditas reformas estruturais alardeadas como as pretensas garantias para a superação da crise que assola a gestão pública brasileira, o governo Temer não hesita em adotar procedimentos duvidosos que violam ainda mais a já combalida imagem pública da vida política brasileira. Para obter apoio parlamentar para perpetuar o seu canceroso governo, manobras escusas são desavergonhadamente realizadas sem que faça qualquer contragolpe radical a tais arbitrariedades. Pesquisas de opinião pública demonstram que o governo Temer chafurda na impopularidade, mas isso pouco importa para essa associação espoliadora, pois seu choque de gestão é blindado ardorosamente por parlamentos inescrupulosos que são

meros defensores de interesses privados. Segundo Felipe Demier

Embora suas origens remontem a tempos idos, e o fascismo a tenha agitado demagogicamente, a ideologia segundo a qual o “sistema político” – e não o sistema capitalista – é eminentemente corrupto é uma ideologia constitutiva do próprio regime democrático-blindado brasileiro. Sua função neste é, sobretudo, afastar os segmentos subalternos do tal “sistema político”, deixando-o inteiramente livre para os gestores do capital (DEMIER, 2017, p. 71).

O investimento em obras públicas fundamentais para o bem-estar social é desviado para satisfazer interesses clientelistas de parlamentares inescrupulosos que se corrompem de forma descarada à luz do dia, em um pantanoso ato de traição à pátria, crime imperdoável que não encontra sentença legal para ser convenientemente punido. O dinheiro que falta para a manutenção de hospitais e de escolas, para os pagamentos de aposentados e pensionistas sobra, no entanto, para a realização das transações fraudulentas do vampiresco governo Temer, sanguessuga nacional que faz de seu poder psicótico um balcão de negócios, barganhando apoio político de parlamentares desprovidos de compromisso republicano para com a nação. Os amigos do presidente são satisfeitos financeiramente sem qualquer impedimento jurídico que entrave tais maquinações indébitas. Quem não deve não teme. Por qual motivo o presidente Temer não aceita ser investigado pelo Ministério Público, tampouco responder aos questionamentos judiciais, de modo a assim esclarecer a sociedade brasileira acerca dos seus inadequados procedimentos governamentais? Pelo contrário, o impopular presidente não hesita em realizar manobras com sua

tropa de choque parlamentar para trocar peças no xadrez das comissões investigativas, procedimento que é aceitável legalmente nos trâmites institucionais, mas que analisados através de perspectivas axiológicas rigorosamente republicanas evidenciam falta de idoneidade governamental e revelam o seu medo de ser defenestrado de seu cargo. Eis assim a ação impropria de um presidente moralmente moribundo, cujo miasma contamina a conjuntura política nacional, perpetuando a crise institucional que tanto favorece o florescimento dos apelos fascistas em prol da militarização da ordem pública, desorganizada justamente por causa da falta de investimento público na infraestrutura social.

O desgoverno Temer, constituído pelos signos antidemocráticos do clientelismo político, promove a crise da representatividade governamental no Brasil. Presidente da triste figura, desprovida de respeitabilidade (não obstante sua compostura cavalheiresca, máscara para a realização das suas improbidades governamentais), protegido por maquinações entre sua base de apoio parlamentar e magistrados desprovidos de lisura jurídica, atira a república brasileira no abismo da incerteza, contradizendo assim a proposta da falácia da “ponte para o futuro”. O governo Temer se apresenta como uma dolorosa etapa de transição para novas eleições presidenciais, mas as marcas da sua gestão avessa aos interesses públicos já deixa na sociedade brasileira nódoas que dificilmente serão dissolvidas. No lastro de sua administração comprometida com a satisfação das demandas empresariais, o governo Temer revitalizou a chusma reacionária que entoa suas barbaridades desenfreadamente nas ruas e nas redes

sociais. O descrédito que sua gestão improba gera na sociedade brasileira acerca dos rumos de nossa organização política é o crime antirrepublicano por excelência, pois tal situação niilista que paira no imaginário social da massa de eleitores nada mais é do que a mistura da golpismo, da corrupção, do farisaísmo, do fascismo, do clientelismo, do rentismo, do fisiologismo. Para tais pecados políticos talvez não haja perdão, mesmo que oxalá haja punição para o banditismo rapinante que ora se manifesta na gestão temerária dos peemedebistas, animais políticos que apenas querem participar do jogo do poder, não importa sob qual espectro ideológico. O projeto político dos seus partidários é falir cidades, estados e a própria república brasileira (como podemos constatar no elevado índice de corrupção juridicamente comprovado nas ações criminosas de seus parlamentares e governantes), de modo a facilitar a privatização geral do patrimônio público nacional para o bel-prazer do capital global.

Ao impor o voto de cabresto aos seus aliados em troca de benesses financeiras, o governo Temer evidencia sua incompatibilidade instintiva para com a legitimidade democrática. A coisa pública gira em torno dos seus interesses patrimonialistas. Parlamentares corruptos apoiadores do desgoverno Temer entoam continuamente o cântico de que a estabilidade política não pode ser prejudicada pelas contingências jurídicas. O que importa é empreender as reformas estruturais, não importa de que maneira os meios são utilizados. Vemos assim uma reconfiguração do “rouba, mais faz”, uma disposição enraizada no senso comum político do eleitorado brasileiro. O cargo de Presidente da República não pode ser utilizado para sua própria promoção

pessoal e dos seus asseclas, está antes ao serviço do bem nacional. Qualquer desvio de função é um atentado contra a ordem democrática que sustenta nossa estrutura republicana.

A zombaria do governo Temer não encontra limite em seu aviltamento contra a coisa pública brasileira. Na sua narrativa distorcida sobre o modus operandi de sua gestão que apenas favorece as demandas do mercado em detrimento dos interesses sociais, o governo Temer acusa seus opositores de golpistas, violadores da letra constitucional e do Estado de Direito, quando em verdade foi a aventura temerária que efetivou um processo golpista contra um mandato presidencial legítimo, manipulando a constituição e a ordem republicana impunemente. A hipocrisia temerária age de maneira corrupta, mas não aceita ser imputada e julgada como tal. Para os defensores da gestão temerária, a realização dos seus objetivos salvíficos justifica todos os atos ímprobos cometidos pelo presidente e seus sequazes, pois tudo se curva e se cala aos imperativos do poder empresarial, totalitário na lógica do mercado. Wanderley Guilherme dos Santos argumenta que

Se o desconforto conservador com a democracia ora acusa os partidos por irresponsabilidade, ora o eleitorado por incompetência, uma terceira tendência opta por julgar favoravelmente a aparente apatia, temendo, como mencionado, o descontrole nas contas dos governos, se submissos às pressões eleitorais (SANTOS, 2017, p. 114).

Não é apenas o sistema partidário brasileiro que é assolado por uma crise ética e axiológica, mas também a própria sociedade brasileira, incapaz de ratificar o projeto de modernização democrática das suas instituições. O apreço pela necrofilia e pela violência autoritária é subjacente em diversos

segmentos sociais, independentemente de sua situação financeira. Muitos são os oprimidos que tontamente apoiam as causas opressoras como se estas fossem as bases radicais de sua emancipação. Encontramos um exemplo cabal desse desejo mórbido de submissão na glorificação do legado macabro do regime militar, imputado pelos direitistas fascistas como um período no qual a ordem e a estabilidade vigoraram na república brasileira. Esses direitistas obtusos escamoteiam o fato de que a violência ditatorial encobriu as mais horrendas violações dos direitos humanos e a espoliação do patrimônio nacional para o capital estrangeiro, assim como as exorbitantes atividades corruptas perpetradas por todos os escalões do regime militar. Podemos ainda afirmar que a própria defesa de um governo ilegítimo, marcado pela prática de assassinatos dos opositores como um procedimento oficial já é a corrupção mais grave. Devemos assim ampliar nossa concepção de corrupção, que não consiste apenas na prevaricação da coisa pública para fins pessoais, mas no uso do poder político para atentar contra a dignidade humana mediante procedimentos violentos, arbitrários e autocráticos. Cabe ainda destacar uma questão curiosa: os parlamentares adeptos do legado fascista da ditadura militar, idolatrados pela massa ignorante brasileira como os salvadores da pátria que a libertarão do grande mal da corrupção, fecham seus olhos perante essas mesmas práticas corruptas praticadas pela cúpula temerária, provando assim que não são contrários a tais procedimentos indébitos, mas talvez até mesmo seus mais ardorosos beneficiários. O ódio dos setores sociais brasileiros apaixonados pela truculência fascista que somente culpam a esquerda pelos descaminhos da política nacional

lhes impede de constatar essa relação promíscua.

A superação da espoliação antidemocrática operada cotidianamente pelo governo Temer em suas negociações escusas não será vencida pela ação dos parlamentares comprometidos com a lisura republicana ou com os segmentos do poder jurídico que não estão contaminados pela sedução plutocrática, mas pela mobilização multitudinária do povo nas ruas, ocupando os espaços públicos. Todas as medidas políticas adotadas pela desgovernança Temer visa apenas favorecer o aquecimento do mercado e, por conseguinte, efetivar benefícios para empresários, banqueiros, rentistas e todos os distintos membros do clube da plutocracia ladina. Qual a melhor maneira de quitar as dívidas que os asseclas temerários contraíram em suas especulações políticas obscuras? Resposta: aumentar os impostos. A perpetuação da crise institucional brasileira é gerenciada arditosamente pelo governo Temer, mas quem deve arcar com as suas irresponsabilidades econômicas é a população, cada vez mais acuada e precarizada socialmente diante das incertezas políticas de uma gestão descompromissada com o progresso nacional, não obstante toda fala em contrário. Os plutocratas que ocupam os poderes estabelecidos e impõem uma terapia de choque nos moldes neoliberais são psicopatas engravatados, que disfarçam piamente suas violências praticadas contra os interesses sociais com a retórica da necessidade dos ajustes fiscais convenientes para que a economia brasileira volte a prosperar. Caberia aos cidadãos contrários aos desmandos temerários um esforço de resistência pela supressão duradoura dos atos de consumo de todos os produtos inflacionados pela sanha monetarista do

decrépito Governo Temer, pois tal empreendimento, verdadeiro ato político, obrigaria um vergonhoso recuo dessa súcia antirrepublicana.

Os segmentos reacionários da sociedade brasileira, os demagogos midiotas e os parlamentares direitistas mais inflamados não se cansam de reclamar dos gastos com o funcionalismo público, considerado por essa tríplice aliança como o grande mal da administração nacional. Conforme esse ponto de vista, os servidores públicos são burocratas pouco afeitos ao trabalho disciplinado, são pessoas indolentes, arrogantes, corporativistas, usualmente suscetíveis aos atos corruptos, parasitas das finanças públicas, figuras desprovidas de senso de dever profissional pois se sentem seguros em seus cargos efetivos. Para sanar essas deficiências, nada como privatizar as empresas públicas e acabar com a estabilidade empregatícia, eis um lema neoliberal que constantemente retorna na agenda política cotidiana. Contudo, as empresas privatizadas pelo projeto de espoliação neoliberal do patrimônio nacional não apresentam qualidade superior do que em relação ao tempo em que eram públicas, em verdade até mesmo pioraram, gerando assim ainda mais prejuízos para os cidadãos.

Poderíamos retrucar ao discurso indignado da tríplice aliança conservadora da seguinte maneira: Os gastos com a manutenção das benesses dos parlamentares e dos magistrados são muito mais vultosos do que os dispendidos para o funcionalismo público; aliás, se este é imputado como ineficiente, a estrutura parlamentar-jurídica brasileira é deficiente, pois com toda a sua riqueza não consegue atuar em favor da ratificação da democracia social, mas em nome dos interesses plutocráticos, sempre beneficiados.

Morosidade jurídica, clientelismo, autoritarismo, corrupção, inúmeros vícios que infestam o sistema parlamentar brasileiro e permanecem a rigor impunes graças aos acordos escusos estabelecidos por essas figuras blindadas mas que são escamoteados em prol da denúncia leviana da falta de mérito dos servidores públicos. Antes de se operar qualquer reforma no funcionalismo público é imprescindível que primeiramente se faça mudanças radicais no sistema político e nos aparatos jurídicos do Brasil, estruturas essas muito mais dispendiosas e maléficas para o gerenciamento do bem-estar social.

A cúpula do governo Temer transmite hipocritamente para o restante do mundo a imagem de gestão comprometida com a democracia liberal, ousando condenar regimes que apresentam traços autoritários e violentos no seu trato com a população divergente. Ora, o governo Temer assumiu o poder por um golpe parlamentar, via escusa manobra política travestida de ação jurídica. Somado a esse atentado constitucional, o infame grupelho temerário fomenta na sociedade brasileira o acirramento do autoritarismo e da dominação burocrática sobre a população, afastada das decisões governamentais que usualmente a prejudicam concretamente de forma impune. Uma das provas de que afundamos no lamaçal da decadência política não consiste apenas nos contínuos atos clientelistas e corruptos que caracterizam a gestão Temer, mas também na abertura de espaço para que horrendos dispositivos reacionários irrompam truculentamente na cena pública brasileira, proferindo suas imbecilidades congênicas sob os aplausos de uma massa acéfala que cava sua própria sepultura. Entre o governo

Temer e a inteligência crítica há uma contradição ontológica.

A quem de fato interessa o insistente projeto de realização da reforma trabalhista e de reforma da previdência social? Os espoliadores da coisa pública, por seu inescrúpulo primário, não aceitam que antes se faça a reforma do sistema político brasileiro, fisiológico, clientelista, corporativista, patrimonialista. São convenientes reformas infraestruturais na gestão do Estado, pois este é dinâmico e passa por inúmeras transformações no seu modus operandi no decorrer das eras. Contudo, em uma ordenança política transparente, esclarecida, comprometida com o progresso social, nenhuma reforma na coisa pública é operada sem que antes se faça uma reforma na própria instituição política, caso contrário cai-se no vazio da ilegitimidade, tal como ocorre na proposta do governo Temer. A estrutura parlamentar brasileira proporcionalmente gera mais gastos públicos do que os direcionados para os benefícios previdenciários, e grande parte dos animais políticos nacionais (em especial os de partidos adesistas, oportunistas e desprovidos de compromisso republicano) não cogita em hipótese alguma abrir mão dos seus fartos proventos em nome do ideário da austeridade dos gastos públicos. Para essa súcia corrupta, austeridade é apenas direcionada para a população comum, que já paga no cotidiano o alto preço de se viver em uma sociedade desajustada, insegura, precária, na qual o ingresso para a vida feliz é concedido apenas aos plutocratas alheios a qualquer contingência material. Vejamos a argumentação esclarecedora de Raymundo Faoro:

O patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. Uma

circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta, calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua, rígida (FAORO, 2012, p. 449).

As pretensas reformas dos direitos trabalhistas e do sistema previdenciário são na verdade contrarreformas, pois as primeiras se concretizaram após árduas lutas sociais por reconhecimento perante uma estruturação econômico-política favorável somente para a manutenção dos privilégios elitistas dos plutocratas do campo e da cidade, exigindo dos governos de outrora a concretização de políticas públicas convenientes para a mitigação dos sofrimentos dos trabalhadores explorados pelas classes dominantes. Benefícios trabalhistas que na atualidade são interpretados como naturais pela opinião pública alienada ou mesmo como dispêndios irresponsáveis se concretizaram historicamente pelo sangue e suor de ações multitudinárias de revoltosos conscientes do seu poder político de mobilização e transformação social.

O reacionarismo direitista despeja um ódio fascista sobre as forças políticas de esquerda, demonizando-as como se fossem o mal radical responsável por todo o desarranjo do sistema republicano brasileiro. Todavia, esse ranço venenoso que inflama os ânimos dos segmentos sociais reativos e ressentidos impede-lhes de ver com clareza os fatos, e assim reconhecer os delitos praticados também por seus ícones dos partidos direitistas, muitos deles, inclusive, piedosos e hipócritas cristãos que não hesitam em roubar seus fiéis em cultos histriônicos afastados de qualquer genuína experiência da sacralidade. No fundo, os sacripantas

direitistas são inimigos fígados da democracia. Conforme salienta Octávio Ianni,

As classes dominantes pouco ou nada se preocupam com a conquista da democracia. Em geral, os seus membros dispõem de prerrogativas, recursos, técnicas, poder propriamente dito, direitos de fato que lhes garantem o que o povo poderia conquistar – parcialmente – por meio do jogo democrático (IANNI, 2004, p. 156).

O discurso hegemônico das forças direitistas acerca da importância das reformas trabalhistas e previdenciárias para sanar a dívida pública brasileira e assim se evitar uma falência do Estado em ano vindouro talvez não muito distante, tal como falsamente insistido pela tecnocracia blindada do governo Temer, escamoteia uma reforma muito especial que, ela sim, é fundamental para o progresso sociopolítico brasileiro: a agrária. Pouco se ousou para se retirar dos criminosos latifundiários suas terras improdutivas que desde tempos imemoriais são as bases do seu poder corrupto na perpetuação dos seus benefícios contra a utilidade pública e o bem comum. A reforma agrária é fundamental para que inicie o processo de democratização radical no Brasil, e todos os grupos camponeses que se apropriam dessas terras privadas (em sua grande maioria concessões clientelistas da máquina estatal para satisfazer as demandas antissociais dos coronéis) encontram legitimidade para além de todo ordenamento jurídico oficial, maleficamente burocrático, vendido aos interesses dos grandes senhores. A urgência da reforma agrária no Brasil é um exemplo da suma importância de se concretizar uma práxis contrária ao establishment jurídico nacional que não hesita em apoiar piamente as causas plutocráticas, inclusive defendendo

parlamentares que são híbridos de latifundiários e narcotraficantes.

A mídia corporativa, apoiada financeiramente pelo capital agropecuário, não se cansa de formatar a débil opinião pública acerca da violência cometida pelos invasores de terras nos seus atos sociopolíticos de apropriação desses espaços, apresentando assim uma narrativa parcial dos acontecimentos, pois a violência primordial já foi cometida pela relação promíscua entre os poderes governamentais e os latifundiários na concessão para estes de milhões de hectares de terras. Tanto pior, esses grandes senhores roubaram ao longo das eras por força das ações terroristas terras de camponeses pobres desassistidos pelos aparatos legais do Estado, perpetuando assim as cisões sociais na estrutura econômico-política brasileira. Na atualidade, as invasões dos sem-terras nas fazendas dos latifundiários são rechaçadas inclementemente pelas forças policiais e pelos capangas desses coronéis com a anuência sórdida do poder judiciário, que cada vez mais ratifica o seu papel excludente e antidemocrático ao legislar a favor dos plutocratas em contraposição aos anseios populares, criminalizando-os como escórias inconvenientes para o hedonismo inconsequente elitista: “Caneta em vez de tanques. Em lugar da mobilização do exército, a instrumentalização do poder judiciário, que vem a ser sacralizado” (FAUSTO, 2017, p. 77).

Portanto, a reforma agrária é a que verdadeiramente importa para o interesse nacional, e qualquer partido político comprometido com a emancipação social do cidadão e com seu empoderamento econômico perante todas as formas de arbitrariedades cometidas pelos segmentos reacionários

que prosperam perante sua exploração e mesmo escravização ante as demandas capitalistas deve se engajar ferrenhamente para realizar tal empreendimento, inclusive fornecendo subsídios materiais para que as multidões camponesas estabeleçam suas táticas de atuação para a reconquista dessas terras. Uma vez no poder, caberia a tal partido político distribuir esses latifúndios para as cooperativas camponesas sem qualquer indenização para os antigos proprietários.

A reforma tributária também é mais urgente do que as reformas trabalhistas e previdenciárias. Empresas são constantemente beneficiadas por anistias fiscais proporcionadas seraficamente por governos lacaios dos plutocratas, de modo que para as corporações apenas os lucros, e para a sociedade os prejuízos. A mão invisível não realiza o seu apregoado bem social. Pelo fato de gerarem empregos, os discursos empresariais defendem que o seu papel de responsabilidade social já foi realizado e assim exigem mitigações fiscais para que se mantenham competitivas no mercado global, mistificando, no entanto, os prejuízos ambientais causados por suas ações predatórias, assim como os malefícios aos trabalhadores explorados pela precariedade profissional. Para a instauração de uma sociedade mais democrática e emancipada, seria de grande pertinência a coletivização das empresas que apresentam recorrentes casos de descompromisso social e ambiental, sem qualquer indenização aos seus gestores e acionistas. sem qualquer indenização aos seus gestores e acionistas. A reforma agrária então deve ser intimamente conectada com a reforma empresarial, com a destruição da plutocracia em favor da democracia. Carlos Nelson Coutinho argumenta que

Não há reformas radicais na ordem econômica e social sem uma concomitante reforma radical da máquina de Estado. Em outras palavras: só numa democracia de massas, onde o protagonismo político passa cada vez mais para um Estado controlado pela sociedade civil e seus atores, é possível fazer com que uma política consequente de reformas de estrutura conduza gradualmente à superação do capitalismo. E é nessa exata medida que a luta pela democracia e a luta pelo socialismo são duas faces da mesma moeda (COUTINHO, 2008, p. 48).

Entre o empresariado e a sociedade há uma cisão intransponível. A honestidade do pensamento liberal consiste em se reconhecer no empreendedorismo empresarial a ausência de qualquer aspiração altruísta, e mesmo quando se realiza uma ação de impacto social benevolente o motivo da mesma não é desprovido de interesse egoísta, tal como classicamente apresentado por Adam Smith:

Os ricos apenas escolhem do monte o que é mais precioso e mais agradável. Consomem pouco mais do que os pobres; e a despeito de seu natural egoísmo e rapacidade, embora a única finalidade que buscam, ao empregar os trabalhos de muitos, seja satisfazer seus próprios desejos vãos e insaciáveis, apesar disso dividem com os pobres o produto de todas as suas melhorias. São conduzidos por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais em todos os seus moradores; e assim, sem intenção, sem saber, promovem os interesses da sociedade e oferecem meios para multiplicar a espécie (SMITH, 1999, p. 226).

O Estado Plutocrático, erigido a partir da proteção dos interesses dos negócios privados sobre todas as contingências sociais, é um mero efetivador do projeto elitista que, a despeito de seu apregoado mérito pautado pela disciplina e pela

honestidade, não hesita em se utilizar de mecanismos criminosos para perpetuar seu poder financeiro e, por conseguinte, jurídico e político. O modelo de gestão capitalista pode se reconfigurar no decorrer das eras, perdendo alguns dos seus traços mais destrutivos mediante o processo de democratização social, mas em sua essência os traços antissociais permanecem ativos, fato comprovado na ofensiva empresarial contra os direitos trabalhistas obtidos historicamente após muitas lutas de sangue. Para o empresário necrófilo, a vida do trabalhador somente é provida de valor (demasiado relativo) no exercício das suas funções, realizadas da maneira mais degradante possível. Assim, os investimentos em segurança e bem-estar não são onerosos para o patronato rapinante e, quando ocorrem acidentes laborais, o trabalhador é juridicamente desassistido, tornando-se objeto descartável. A espoliação das leis trabalhistas que o empresariado pretende impor para a sociedade brasileira aumentará ainda mais a lucratividade das suas atividades, em relação inversamente proporcional aos malefícios sofridos pelos trabalhadores.

Ao analisarmos a conjuntura golpista que degrada a força democrática brasileira em nome da implementação da espoliação liberal, não podemos deixar de analisar um dos seus braços ideológicos de apoio. O Movimento Brasil Livre falseia seu projeto político, que é o de aferrar a sociedade brasileira nos grilhões do servomercado. O histrionismo histérico das suas proeminências contra a esquerda agradam aos fascistas empedernidos que amam o autoritarismo e a irracionalidade. Seus seguidores, dotados de fobia perante a cor vermelha e que empreenderam mobilizações nacionais contra o petismo e seu imputado “comunismo”, não alçam suas

vozes discordantes contra a corrupção endêmica do governo Temer e seus aliados. O Movimento Brasil Livre aponta seu dedo acusador contra a esquerda, mas não denuncia as arbitrariedades da plutocracia direitista malcomunada com o empresariado corrupto, cujos delitos amplificam ainda mais a crise institucional brasileira. Seus distintos líderes são colegas de deputados corruptos felizmente já encarcerados. Não podemos assim reconhecer nenhuma honestidade nessa laia de agitadores financiados pelos partidos avessos aos interesses populares e pelas corporações capitalistas para que criem ações práticas de formação doutrinária do reacionarismo nas consciências dos seus sectários. As lideranças do MBL são defensoras da meritocracia e da competência, mas recebem cargos comissionados através das indicações dos seus padrinhos políticos. Uma reformulação democrática da gestão pública brasileira exigiria a eliminação imediata das possibilidades de transmissão de ideias desses fomentadores de ódio, pois contra a truculência fascista não adianta apenas a intervenção da inteligência como método de conversão da imbecilidade. Contra a intolerância não basta a seráfica tolerância. Se a expressão da necrofilia se torna aceitável, perdemos toda possibilidade de progresso da vida. Qualquer condescendência em relação ao fascismo, não importa a maneira pela qual ele se manifeste, é uma apologia da barbárie.

Se porventura a cúpula do governo Temer estivesse de fato imbuída de senso republicano (tal como apregoa em sua retórica demagógica), mediante a perpetuação da crise institucional gerada por sua aventura golpista e o reconhecimento desse atentado ao sistema democrático brasileiro,

encerraria de vez essa sanha improba de degradação da coisa pública nacional e dos inerentes direitos civis, renunciando ao mandato. Porém, esperar tal ato nobre da gestão Temer é uma vã ilusão, pois todos as suas proeminências chafurdam em teias criminosas e lutam para se safar o quanto for possível de investigações e condenações penais. A única forma de se reorganizar o quadro político brasileiro após a violação constitucional promovida pela desventura temerária reside na convocação de eleições gerais, pois possíveis sucessores do mandato temerário da câmara de deputados federais ou da câmara do senado estão também viciados pelo jogo nefasto promovido pela deposição de Dilma Rousseff. Para que se tente corrigir os malefícios antirrepublicanos desse processo golpista somente a ousadia de se realizar eleições gerais.

Considerações finais

O governo Temer é certamente um extraordinário caso de má administração pública e do despreço pela deontologia governamental a ser estudado exaustivamente pelas gerações vindouras, de modo a não se repetir mais esse erro insano que prejudica o ordenamento da estrutura democrática brasileira. Procedimentos ilícitos não podem jamais servir de respaldo moral para o duvidoso projeto de se reestruturar a economia brasileira em suas diversas segmentações. A insistência de um governo fracassado como o que se percebe na gestão Temer é uma porta aberta para o florescimento do ódio político, do extremismo fascista e de toda escória ressentida e reativa

que permanecem incrustadas na sociedade brasileira em sua difícil luta pela instauração de uma verdadeira democracia, laica, afirmativa, isonômica, libertária. Como se pode defender uma pretensa estabilidade econômica e política que nasce da corrupção, do clientelismo, que, ao fim e ao cabo, promovem mais e mais instabilidade econômica e política? Não se pode prolongar a permanência de uma doença pensando-se em uma futura cura possível.

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2008.
- DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2017.
- DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.
- FAUSTO, Ruy. **Caminhos da Esquerda: elementos para uma reconstrução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SMITH, Adam. **Teoria dos Sentimentos Morais**. Trad. de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a Esquerda deve propor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.